GOVERNO

Relatório identifica focos de corrupção

Comissão aponta sinais de operações irregulares entre vários ministérios e empreiteiras e na CEF

CLEBER PRAXEDES

Wilson Pedrosa/AE—21/3/94

Canhim: governo pouparia US$ 20 bilhões se anulasse contratos

BRASÍLIA — O relatório da comissão especial que examina denúncias de corrupção no Executivo — entregue ao presidente Itamar Franco na quarta-feira —, mostra que as irregularidades continuam ocorrendo na administração pública. O documento aponta indícios de operações irregulares e de superfaturamento entre autarquias e empreiteiras e na Caixa Econômica Federal (CEF) e lista as providências já tomadas pela comissão, na maioria dos casos, pedidos de auditorias em contratos.

Segundo o ministro-chefe da Secretaria da Administração Federal (SAF), Romildo Canhim, que preside a comissão, o governo economizaria US$ 20 bilhões se pudesse anular contratos e fazer novas licitações para todas as obras em andamento que estão sob suspeita. Ele e os demais integrantes da comissão estiveram com Itamar na quarta-feira, para entregar o relatório. Também explicaram algumas das medidas tomadas para combater a corrupção no Executivo.

Uma delas é a proposta de alteração, por um projeto de lei do Executivo, do artigo 92 do Código Penal, de modo a permitir a demissão de cargo ou de função pública, ou a cassação de mandato eletivo, dos que tenham praticado crime contra a administração pública.

Criada no fim do ano passado, a comissão é integrada pelos professores Cândido Mendes de Almeida e Modesto Carvalhosa, o advogado Daniel Quintella Brandão, o empresário Emerson Kapaz, os ex-ministros do Superior Tribunal de Justiça Evandro Gueiros Leite e Miguel Ferrante e o general reformado Francisco Tavares de Mello, além de Canhim. Ela funciona num prédio cedido pelo Banco do Brasil — o centro de formação do BB.

GRUPO QUER ALTERAÇÃO NO ARTIGO 92 DO CÓDIGO PENAL PARA PERMITIR A DEMISSÃO DE CORRUPTOS

Segundo Mello, a comissão trabalha basicamente com denúncias encaminhadas à SAF, que "chegam de cidadãos das mais variadas partes do País". "A afluência é tanta que não estamos totalmente equipados para recebê-las", conta Mello, que é coordenador executivo da comissão.

O relatório entregue a Itamar aponta indícios de irregularidades e superfaturamento em obras e serviços contratados pelas Companhias Docas do Rio Grande do Norte, de São Paulo e da Bahia às empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS, Tratex, Queiroz Galvão, Constran, Mendes Júnior, Cristiani Nielsen, Andrade Gutierrez e C.R. Almeida. A comissão solicitou ao Ministério dos Transportes que faça auditoria nesses contratos e também nos firmados entre essas empreiteiras e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e a Rede Ferroviária Federal, por causa de indícios de superfaturamento. Além disso, pediu a revisão da licitação feita pelo DNER para conservação de trechos de estradas federais na Bahia e suspendeu a contratação dos serviços licitados até o fim da investigação.

Dependendo do resultado das auditorias, poderá ser pedida a rescisão dos contratos e a declaração da inidoneidade das empresas. A União também poderá entrar na Justiça para obter ressarcimento dos prejuízos e instaurar processos administrativos disciplinares, quando for o caso.

Entre as irregularidades, o relatório aponta a diferença de preços pagos pelo mesmo serviço. Quando se trata de vários contratos com a mesma empresa, os preços variam de 31% a 1.172%. No caso de empresas diferentes, variam de 52% a 2.573%. Outras irregularidades são o recebimento definitivo de obras e serviços pelos mesmos profissionais que fiscalizam sua execução, em desrespeito ao princípio de segregação de funções; falhas no sistema de acompanhamento físico da execução de obras e serviços; renovação de contratos de mais de cinco anos sem o devido amparo legal; e uso irregular de aditamentos a contratos.

Segundo o relatório, a comissão solicitou abertura de inquérito administrativo disciplinar para apurar irregularidades praticadas pelas autoridades gestoras do extinto Projeto Minha Gente, sucedido pela atual Secretaria de Projetos Educacionais Especiais do Ministério da Educação. Além disso, determinou a suspensão da alienação dos bens do Montepio MFM, por suspeita de irregularidade na Superintendência de Seguros Privados, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.

Também pediu ao Banco Central a abertura de processo administrativo contra a CEF, pela concessão irregular de empréstimos, verificada na Superintendência Regional em Alagoas, entre 17 de agosto de 1990 e 13 de março de 1993. E solicitou a punição a funcionários e diretores da CEF por irregularidades nas operações financeiras da Agroindustrial Jaçanã, atual Usina Bititinga S.A., do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). As operações fugiam ao padrão de negociação da Caixa.